

Viabilidade e riscos financeiros para a agropecuária sustentável em Mato Grosso

Autoria: IPAM - Daniel Silva, Marcelo C C Stabile, Andrea Azevedo. **Com contribuições de:** Ricardo Woldmar e Edinusa Rodrigues. **Para correspondência, contatar:** marcelo.stabile@ipam.org.br

Esta é uma publicação do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) no âmbito do projeto Desbloqueando Finanças Florestais que é coordenado pelo Global Canopy Programme. Maio de 2017.

Citação sugerida: IPAM. 2017. Viabilidade e riscos financeiros para a agropecuária sustentável em Mato Grosso. IPAM, Brasília-DF. Disponível em: <http://ipam.org.br/bibliotecas/viabilidade-e-riscos-financeiros-para-a-agropecuaria-sustentavel-em-mato-grosso/>

Contexto

O estado do Mato Grosso é um dos grandes produtores mundiais de commodities, ao mesmo tempo em que tem em seu território três importantes biomas: Amazônia, cerrado e Pantanal. O estado é o maior produtor de grãos do Brasil, responsável por 24% na safra de 2015/16, e o maior produtor de carne do país (1,17 Mton em 2015)¹. Em contraponto à importância econômica das atividades rurais no estado, nos últimos anos vem se discutindo a questão do desmatamento zero e a produção de alimentos conciliada à conservação das florestas e outras áreas provedoras de serviços ambientais, como a água. Diante do crescimento da população mundial e do incremento na renda per capita nas próximas décadas, a demanda por alimentos aumentará significativamente, estimulando a produção agrícola, seja via expansão de área ou melhoria na produtividade. Só no Brasil, é previsto o acréscimo de 33% no consumo per capita de carne até 2050² e de 76% da produção de soja entre 2015 e 2025³. No entanto, diversos estudos já apontam que é possível atender toda a demanda de alimentos sem desmatamento⁴.

O Brasil se comprometeu com a transição para uma economia de baixo carbono nos principais setores produtivos, incluindo indústria, energia e atividades agropecuárias⁵. O governo de Mato

Grosso também apresentou uma estratégia chamada de Preservar, Conservar e Incluir (PCI)⁶, que visa a aumentar a produção com melhor aproveitamento de áreas já abertas, conservar a vegetação nativa e fazer a inclusão social de pequenos produtores.

Na mesma direção, o IPAM, por meio do Projeto Desbloqueando Finanças Florestais (UFF)⁷, desde 2013 consultou atores estaduais para desenhar um cenário mais sustentável para diversas atividades produtivas e de conservação já existentes no estado.

Este trabalho analisa a viabilidade financeira da adoção de práticas produtivas mais eficientes e com menor emissão de gases do efeito estufa nas principais atividades de uso do solo no estado de Mato Grosso, utilizando indicadores financeiros tradicionais como valor presente líquido (VPL) e taxa interna de retorno (TIR), além da estimativa de risco financeiro. As análises foram baseadas em coleta de campo e consulta a especialistas, além do uso de dados secundários como preços de produtos agropecuários. Os detalhes e os dados usados para a viabilidade e riscos financeiros estão disponíveis em:

ipam.org.br/bibliotecas/relatorio-financiamento-de-paisagens-sustentaveis-em-mt

1 - IBGE. Dados da produção agrícola e pecuária municipal. Disponível em: sidra.ibge.gov.br.

2 - WRI. 2013. The Global Food Challenge Explained in 18 Graphics. Disponível em: www.wri.org/blog/2013/12/global-food-challenge-explained-18-graphics.

3 - IMEA. Outlook 2025. Disponível em: imea.com.br/site/upload/pdf/arquivos/AgroMT2025.pdf.

4 - Vide exemplo da carne em: Strassburg, B. et al. When enough should be enough: Improving the use of current agricultural lands could meet production demands and spare natural habitats in Brazil. Disponível em: www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vrac/projetos/download/iis_when_enough_should_be_enough.pdf.

5 - 21ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) em Paris (COP-21). Vide: www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.

6 - Descrição do Programa em: pci.mt.gov.br/

7 - O Projeto UFF é uma parceria com o Global Canopy Programme e diversos outros parceiros sendo financiado pelo governo alemão.

Demanda por investimentos e retorno esperado para práticas sustentáveis

Para as principais cadeias produtivas do Mato Grosso adotarem práticas de baixa emissão de carbono serão necessários R\$ 3,7 bilhões de investimentos anuais (figura 1), no qual a bovinocultura demanda mais da metade deste valor (R\$ 2,04 bilhões). Parte desses investimentos podem vir por linhas de financiamento existentes, como o Plano ABC e PRONAF, já que esta estimativa corresponde a menos de 2% do crédito rural disponibilizado anualmente pelo Plano Safra no Brasil⁸ ou 24% do valor contratado por Mato Grosso anualmente. Outra parte dos investimentos pode vir de capital privado, como fundos de investimentos.

Com o aumento de produtividade da bovinocultura é possível reduzir as pastagens em aproximadamente 7 milhões de hectares, área que pode ser ocupada pela expansão agrícola (4 milhões de ha) e plantios florestais (335 mil ha). A estimativa de investimento também considera a redução dos impactos ambientais da soja devido o menor uso de agrotóxicos, regularização de 3 milhões de ha de passivo florestal para regularização ambiental em Mato Grosso, além de zerar o desmatamento ilegal e ampliar o manejo florestal sustentável para 6 milhões de ha. As atividades associadas a pequenos produtores demandam menos inves-

timento e o aumento de renda pode beneficiar aproximadamente 45 mil pequenos produtores e extrativistas, o que indica um bom ganho social.

Para médios e grandes produtores, a silvicultura e o manejo florestal demonstraram maior rentabilidade, com ganho anual equivalente (VPL anualizado)⁹ de até R\$ 3.582/ha com exploração de teca (*Tectona grandis*); para pequenos produtores, a heveicultura e os sistemas agroflorestais (SAFs) apresentaram melhor retorno médio anual, com R\$ 1.778 e 2.425 por hectare respectivamente (figura 2). A bovinocultura de corte demonstrou menor retorno em produtividades altas (22@/ha/ano), isso porque em algum ponto entre 10 e 22@/ha os investimentos e custos com intensificação crescem mais do que o retorno esperado. Sobre a exploração madeireira (teca, manejo florestal, eucalipto e alguns SAFs), é importante salientar que não foi estudado o efeito de redução nos preços caso ocorra um aumento na oferta de madeira. A madeira, assim como outros produtos, pode apresentar uma demanda limitada no curto prazo, além da competição com bens substitutos, como o MDF (sigla para *Medium-Density Fiberboard*).

8 - Devido à crise econômica do país, o Plano Safra brasileiro manteve a oferta de aproximadamente R\$ 185 bilhões nos últimos dois anos; um crescimento de 20% desde 2014, quando ofertou R\$ 156 bilhões. Mato Grosso contrata cerca de 8% deste valor anualmente.

9 - O Valor Presente Líquido anualizado (VPLa) expressa a receita líquida em valores equivalentes anuais menos os investimentos e descontado uma taxa de custo de capital (taxa de desconto). Utilizamos o VPLa no lugar do VPL para comparar o retorno de investimentos com diferentes horizontes temporais, ou culturas agrícolas com diferentes ciclos de produção. Por exemplo, a agricultura tem ciclos anuais, enquanto SAFs e manejo florestal podem levar décadas para fechar um ciclo de exploração.

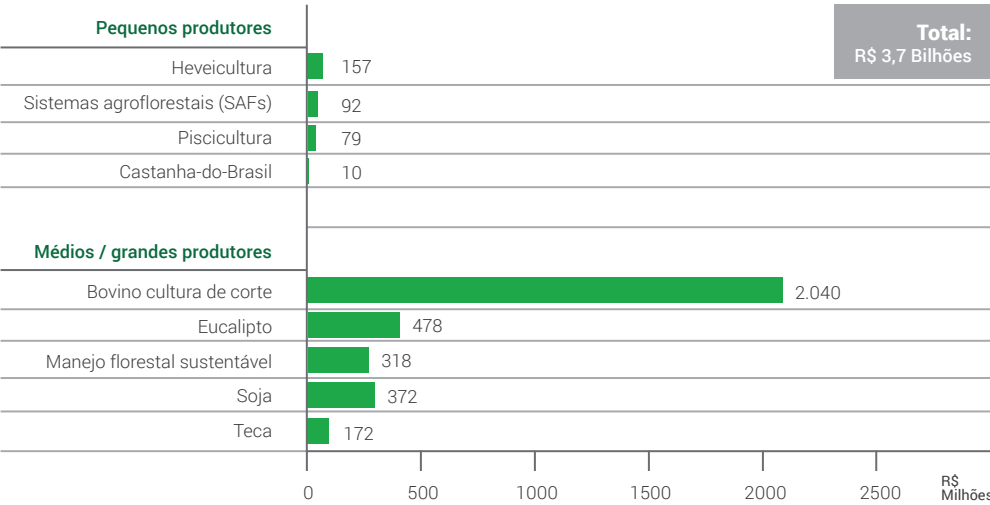


Figura 1. Total de investimentos anuais necessários para a transição das principais cadeias produtivas para práticas de baixa emissão de carbono nos próximos 15 anos (em R\$ milhões), incluindo a produção e o processamento dos produtos. Fonte: IPAM

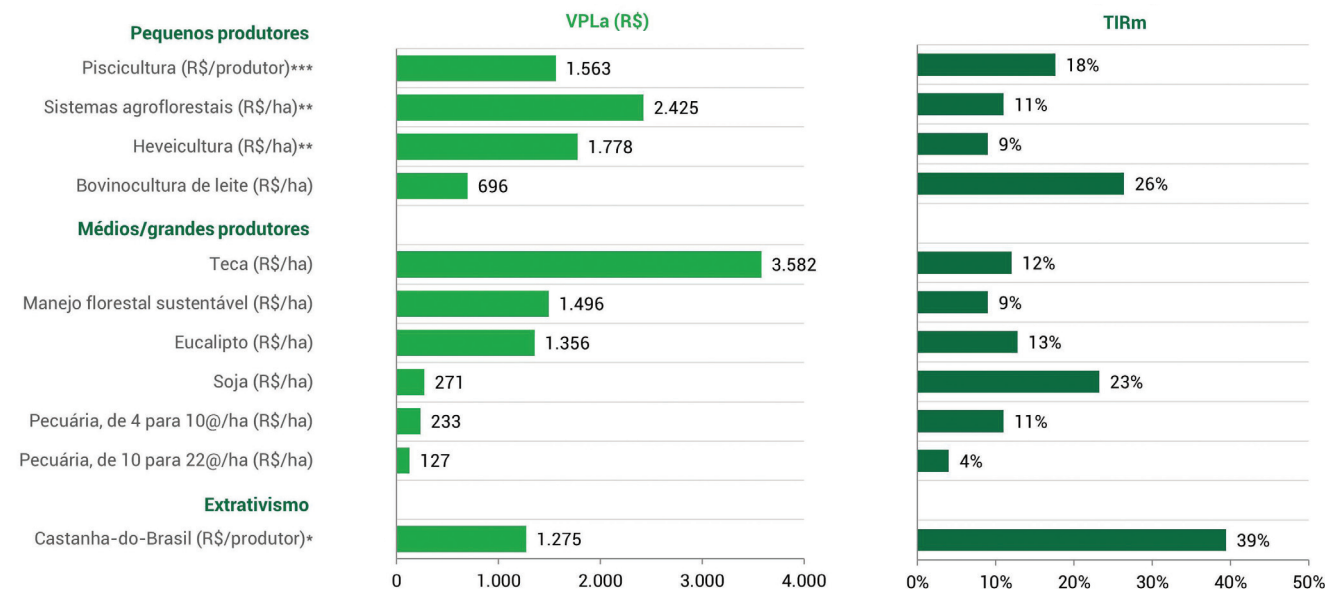


Figura 2. Valor presente líquido anualizado (VPLa, em R\$/hectare) e taxa interna de retorno modificada (TIRm) das atividades econômicas avaliadas no cenário de práticas sustentáveis. Taxa de desconto para o VPLa: 8% a.a.; e taxa de reinvestimento para a TIRm: 8% a.a. Fonte: IPAM

* Este é o valor mínimo de VPLa por produtor, considerando: VPLa de R\$ 1.594/ton; os produtores de castanha coletam entre 0,8 e 4,8 ton./ano. ** Para heveicultura, consideramos o retorno médio da exploração de 15 a 37 anos. A heveicultura só é viável com exploração em mais de 15 anos. Para SAFs, consideramos o retorno médio de sistemas com 10 a 20 anos. *** Tamanho médio do tanque: 0,15 ha/produtor.

Deve-se salientar que algumas atividades de maior retorno proporcionam menor liquidez, pois a receita não é anual e/ou imediata como em culturas agrícolas, ocorrendo em no mínimo dez anos nas atividades florestais¹⁰. Assim, a liquidez pode explicar a opção comum dos produtores por bovinocultura e culturas anuais como a soja – que ocupam aproximadamente 65% da área desmatada na Amazônia. Tanto a soja quanto a bovinocultura de corte demonstraram menor retorno na produção com práticas sustentáveis devido à inclusão do custo

de cumprimento do Código Florestal, mas caso não exista passivo ambiental a lucratividade aumenta.

A taxa interna de retorno (TIRm)¹¹ das culturas no cenário com práticas sustentáveis e sem desmatamento ilegal é competitiva com outros investimentos. Por exemplo, com retorno acima de 10%, algumas dessas taxas são maiores que títulos públicos que rendem em média 11% ao ano¹² ou a apreciação de terras agrícolas, as quais valorizaram em média 9,4% ao ano na última década¹³.

Risco dos investimentos com práticas sustentáveis

Considerando a variação de preços e custos de produção¹⁴, as atividades rurais com práticas sustentáveis de maior risco de prejuízo financeiro são: bovinocultura de corte para um nível alto de intensificação (70% de risco), teca (17% de risco), eucalipto (15%) e piscicultura (9%) (figura 3).

As atividades com menor risco em função das flutuações de preço e custo foram: soja e intensificação moderada da bovinocultura de corte, com 5% de probabilidade de perdas; SAFs e bovinocultura de leite, com aproximadamente 2% de probabili-

dade de perda, castanha e heveicultura, com menos de 1% de probabilidade de perdas financeiras.

Parte da oscilação dos custos na Amazônia está associada ao custo de transporte e ao acesso que encarecem insumos da produção (ex.: calcário, adubos, etc.). Em geral, o perfil dos produtores rurais no Brasil é conservador, optando por atividades que combinem menor risco e maior liquidez, mesmo que a rentabilidade seja menor no longo prazo. Não consideramos nesta análise os riscos institucionais como mudanças nas leis, fiscalização e multa.

10 - Consideramos como horizonte temporal: 10 anos para nativas, 12 anos para eucalipto e 25 anos para teca.

11 - A TIR possibilita a comparação com outros tipos de investimentos. Porém, a TIR assume o pressuposto que as receitas serão reinvestidas a uma taxa igual à própria TIR, distorcendo comparações entre investimentos com diferentes taxas de retorno. A TIR modificada corrige esse problema ao normalizar para a mesma taxa de reinvestimento diferentes opções e cenários de investimento.

12 - UICN. 2016. Oportunidades de investimento na economia da restauração de paisagens florestais. Disponível em: www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/2016/oportunidades_de_investimento_na_economia_da_restauracao_de_paisagens_e_florestas.pdf.

13 - FNP 2015. Agrianual 2015: Preços de terras agrícolas no Brasil. Infoeconomics.

14 - A avaliação do risco repete mil vezes o cálculo do VPL com oscilação nos valores de preço e custo de produção dos últimos cinco anos. Após as repetições, contabilizamos quantas vezes o VPL foi inviável. Para a variação percentual dos custos e preços utilizamos os dados de custo e preço do Cepea (cepea.esalq.usp.br) e consulta a instituições locais de MT (ex.: IMEA).

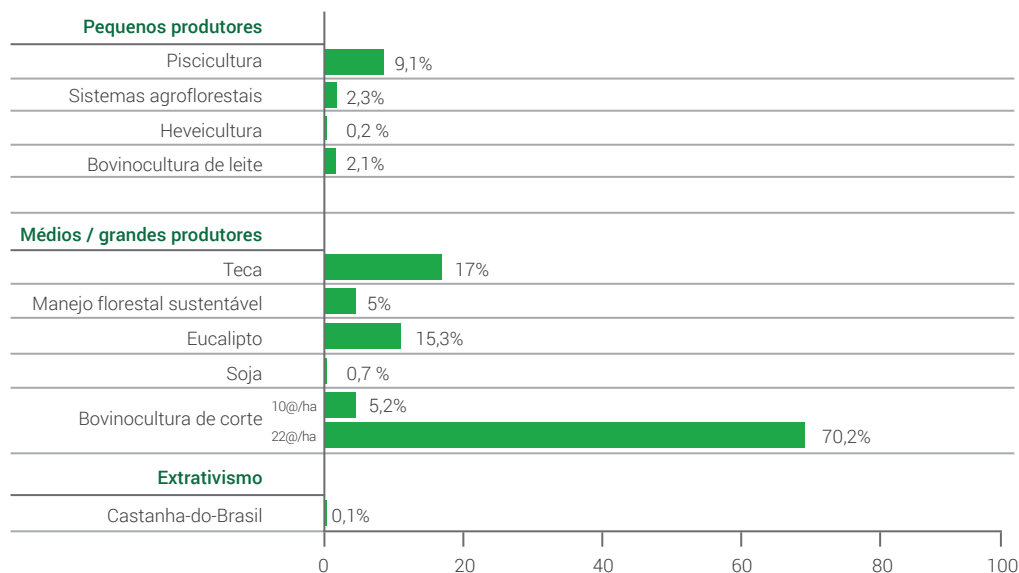


Figura 3. Probabilidade de perda financeira das atividades rurais com práticas sustentáveis, baseada apenas na variação dos preços e custos de produção dos últimos anos.

Recomendações às políticas públicas

Para efetivar os investimentos na transição de atividades rurais para práticas mais sustentáveis e de menor emissão de gases do efeito estufa, recomenda-se:

Mapear e captar recursos para financiar atividades mais sustentáveis. Em geral, os bancos que operam o crédito rural oficial têm dificuldades para lidar com o financiamento para recuperação de áreas degradadas e intensificação de atividades produtivas, pois há uma lacuna no entendimento dos riscos associados a essas atividades. Assim, uma alternativa é buscar outras fontes, como fundos privados, para apoiar os investimentos.

Ampliar a assistência técnica e extensão rural (ATER), especialmente para pequenos produtores. Apesar da disponibilidade de tecnologias para tornar a produção mais sustentável, ainda falta

orientação técnica continuada para produtores rurais. Para acelerar o processo de capacitação de extensionistas e técnicos, o governo e setor privado podem replicar experiências de sucesso em extensão rural, como o Proleite, em Rondônia, e o Programa Novo Campo em Alta Floresta (MT), além de fortalecer a ATER pública.

Aumentar a fiscalização e o monitoramento sobre atividades irregulares. A finalidade é reduzir a competição injusta de atividades ambientalmente adequadas e socialmente justas com competidores irregulares que causam maior impacto socioambiental negativo. Exemplo: exploração ilegal de madeira e bovinocultura em área de desmatamento ilegal. Para tanto, será essencial que os órgãos fiscalizadores monitorem e implantem sistemas de rastreabilidade, bem como o setor privado e consumidores demandem produtos de origem legal.

